

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Nos últimos dias os atrasos de meses na atribuição e no pagamento de subsídios de educação especial foram uma vez mais notícia na comunicação social.

O subsídio de educação especial tem finalidade compartilhar os gastos com terapias e encargos com mensalidades para as crianças que necessitam de frequentar escolas especializadas. Para que as famílias tenham acesso a este apoio, as escolas e agrupamentos onde as crianças e jovens se encontram tem de atestar que o apoio prescrito não pode ser garantido pela escola. Depende ainda de uma declaração médica que mencione de modo claro e inequívoco a natureza da deficiência e o apoio necessário, havendo a possibilidade de, na sua ausência, a própria Segurança Social poder submeter o pedido à sua equipa multidisciplinar de avaliação médico-pedagógica.

Os atrasos no ano letivo passado foram justificados com a crise sanitária e com o encerramento das escolas e das juntas médicas. Estes atrasos prolongam-se neste ano, agravados pela suspensão das juntas médicas. A Segurança Social considera que as juntas médicas são imprescindíveis na avaliação do processo que serve de base à análise da equipa multidisciplinar da Segurança Social. Acresce a este atraso os novos pedidos que ainda aguardam decisão

Segundo a própria Segurança Social, o tempo de espera para que o pedido seja deferido das famílias chega aos sete meses e, segundo a própria Segurança Social, em março, estavam em análise 4582 pedidos de apoio e deferidos 5700.

Da atribuição do subsídio de educação especial mensal dependem milhares de crianças e jovens dado que permite o acesso a terapias diversas não disponíveis nas escolas e agrupamentos. A consequência deste atraso é, desde logo, impedir o acesso às terapias a que têm direito, com repercussões graves no seu processo de desenvolvimento.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Quantos são os processos que ainda estão para avaliação?
2. Que medidas imediatas irá tomar o Governo, através da Segurança Social, para agilizar a processo de decisão e dar resposta aos pedidos em espera há 7 meses?
3. Que soluções ao nível dos procedimentos o Governo está disponível para implementar de modo a que a Segurança Social responda em tempo útil aos pedidos?
4. O Governo está disponível para alocar mais meios e mais recursos humanos à Segurança Social para tornar célere e eficiente o procedimento de análise e de atribuição do subsídio de educação especial?

Palácio de São Bento, 13 de maio de 2021

Deputado(a)s

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

DIANA SANTOS(BE)